

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 22

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ECONOMIA
SINDUSCON - RS

Construção civil parou parcialmente em Porto Alegre3_

ZERO HORA - RS - CLASSIFICADOS
SINDUSCON - RS

Comitê de Crise - SINDUSCON RS4_

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
SINDUSCON - RS

Desafio dos pequenos negócios é sobreviver5_

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
SINDUSCON - RS

Na construção, corte na jornada e nos salários6_

RÁDIO GAZETA AM 1.180 - RS - JORNAL DO MEIO DIA
SINDUSCON - RS

Decreto flexibiliza medidas e permite o retorno de algumas atividades suspensas7_

RÁDIO PAMPA FM 97.5 - RS - PAMPA NEWS
SINDUSCON - RS

Prefeito Nelson Marquezan Jr. se reuniu com entidades da construção civil por
videoconferência8_

RIOVALE JORNAL - GERAL
SINDUSCON - RS

Construção civil cobra regras mais flexíveis9_

ZERO HORA - RS - CLASSIFICADOS
SINDUSCON - RS

COLUNA SINDUSCON-RS - SINDUSCON RS10_

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ECONOMIA
SINDUSCON - RS

Construção civil defende uma retomada gradual11_

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ECONOMIA
SINDUSCON - RS

Tecnologia pode ser aliada na venda de imóveis12_

RIOVALE JORNAL - GERAL
SINDUSCON - RS

Comércio reabre com novas regras em Santa Cruz13_

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
SINDUSCON - RS

Construção civil será liberada a partir de hoje em Porto Alegre15_

CORREIO DO POVO - RS - GERAL
SINDUSCON - RS

Prefeito sinaliza a liberação do trabalho na construção16_

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ECONOMIA
SINDUSCON - RS

Construtoras esperam retomada em Porto Alegre17_

TV BANDEIRANTES - RS - BAND CIDADE
ASSUNTO DE INTERESSE

Retomada das atividades na capital18

TV BANDEIRANTES - RS - BRASIL URGENTE 1ª ED
ASSUNTO DE INTERESSE

Entrevista com Irio Piva19

RÁDIO BANDEIRANTES AM 640 - RS - TEMPO REAL
SINDUSCON - RS

Empresas de obras projetam a reabertura cautelosa em Porto Alegre20

RÁDIO PAMPA FM 97.5 - RS - PAMPA NEWS
ASSUNTO DE INTERESSE

**Decreto da Prefeitura de Porto Alegre em relação a flexibilização das regras de distanciamento.
21**

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
SINDUSCON - RS

Canteiros de obras em adaptação22

SBT - RS - SBT RIO GRANDE
ASSUNTO DE INTERESSE

Prefeito da capital, Nelson Marchezan Júnior24

CORREIO DO POVO - RS - GERAL
SINDUSCON - RS

Entidades comerciais pedem a retomada25

RÁDIO PAMPA FM 97.5 - RS - PAMPA NEWS
ASSUNTO DE INTERESSE

Ônibus não vão parar para quem estiver sem máscara em Porto Alegre26

RBS TV / AF. GLOBO - RS - JORNAL DO ALMOÇO
SINDUSCON - RS

Volta da Construção Civil27

TV RECORD - RS - BALANÇO GERAL
ASSUNTO DE INTERESSE

Indústria Começa a Retomar a Atividades em POA28

TV RECORD - RS - BALANÇO GERAL
ASSUNTO DE INTERESSE

O Retorno Dos Serviços em POA29

CORREIO DO POVO - RS - ECONOMIA
SINDUSCON - RS

Sinduscon-RS transmite ao vivo30

RÁDIO GUAÍBA FM 101,3 - RS - BOM DIA
SINDUSCON - RS

Entrevista do presidente do Sinduscon-RS31

Construção civil parou parcialmente em Porto Alegre

Setor afetado pelo coronavírus emprega cerca de 27 mil pessoas na Capital

/INDÚSTRIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Tanto governo estadual quanto a prefeitura de Porto Alegre publicaram decretos com medidas de combate à pandemia de coronavírus. No entanto, um segmento em particular foi abortado de maneira distinta. Enquanto o Executivo gaúcho impõe o fechamento do comércio em todo território estadual, excluindo a indústria, inclusive a da construção civil, o poder municipal da Capital proibiu a atividade nessa área com exceção para os fins de saúde, segurança, educação e a execução de obras públicas.

Entre as exceções estão obras como as realizadas no aeroporto Salgado Filho, no Hospital Conceição e na orla do Guaíba. Assim, o presidente do Sindicato das Indús-

trias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS), Aquiles Dal Molin Jr., reforça que a construção de prédios comerciais ou residenciais está vedada. O dirigente afirma que praticamente todas as obras estão paradas em Porto Alegre.

De acordo com o presidente do Sinduscon-RS, além da prefeitura da Capital, poucos municípios gaúchos tomaram medidas de restrição mais intensa à construção civil. A posição mais aberta do governo do Estado sobre a questão, conforme o dirigente, servirá de argumento para tentar convencer o poder público de Porto Alegre que é melhor manter a atividade do que paralisá-la.

Dal Molin Jr. comenta que a construção civil é diferente em relação a outros segmentos, pois o ambiente de trabalho é arejado, o



Canteiros de construção de edifícios estão paralisados

que não contribui para o contágio do coronavírus. Entre as medidas de proteção está a medição da temperatura corporal dos operários antes deles entrarem no canteiro.

O dirigente enfatiza que os colaboradores do ramo estão entre os mais vulneráveis economicamente. "Vai chegar uma hora em que o medo do contágio será menor do que a fome das pessoas", alerta ele. Dal Molin Jr. informa que são cerca de 27 mil pessoas que atuam nessa área em Porto Alegre. Ele acrescenta que está sendo avaliada uma forma de possibilitar que os trabalhadores se desloquem sem utilizar o transporte coletivo, entretanto ainda não está definido como será realizada essa ação.

Sticc sugere turnos menores

Uma proposta feita pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre (Sticc), Gelson Santana, é que se reduza o número de pessoas nos canteiros de obras. Como exemplo, uma empresa com 300 trabalhadores poderia utilizar 150 pela manhã e a outra metade à tarde.

Santana frisa que o momento é de preocupação em duas frentes - com a saúde do trabalhador e com a sobrevivência econômica dele. A ideia é uma opção de trabalho sem maiores aglomerações.



COMITÊ DE CRISE

No dia 17 de março o Sinduscon-RS criou um **Comitê de Crise** para traçar ações a fim de minimizar os efeitos negativos que afetam as empresas e o setor em geral da construção civil gaúcha na atual conjuntura de pandemia.

De forma imediata, a primeira ação desse comitê foi a elaboração de uma cartilha orientativa, disseminando aos seus associados e filiados medidas que objetivam inibir a propagação do novo coronavírus (COVID-19) nos canteiros de obras e setores administrativos das empresas.

Igualmente importantes estão sendo as tratativas para o estabelecimento de convenções coletivas extraordinárias e emergenciais junto a 35 entidades profissionais da base territorial onde o Sindicato atua, como forma de apoiar a categoria em decisões diante das consequências resultantes da redução ou paralisação da atividade em diferentes municípios gaúchos.

Em localidades onde a situação é mais crítica, com a paralisação determinada por decreto, a Entidade tem envidado esforços no sentido de demonstrar a capacidade do setor em operar, numa retomada gradual, de forma planejada e cuidadosa, adotando medidas eficazes de proteção ao trabalhador e cidadão.

Acompanhe informações atuais sobre ações institucionais do Sinduscon-RS e notícias do setor através do site www.sinduscon-rs.com.br e nas redes sociais da Entidade!

CUB/RS

O Sinduscon-RS divulgou no dia 1º de abril o CUB/m² – Custo Unitário Básico por metro quadrado de construção do mês de março de 2020, com base na NBR 12.721/2006. Os materiais de construção que mais subiram em março último são: Tinta látex PVA (4,94%); Esquadria de correr tamanho 2,00x1,40m, em alumínio (4,11%); Janela de correr tamanho 1,20x1,20m em ferro (3,68%); Concreto fck=25Mpe (2,53%) e Tubo de ferro galvanizado com costura Ø2 1/2" (2,12%). Já os materiais de construção que apresentaram as maiores reduções de preços no mesmo período são: Disjuntor tripolar 70A (-0,85%); Porta lisa p/ pintura (-0,42) e Telha fibrocimento ondulada 6mm (-0,21%).

APOIO INSTITUCIONAL

Eventos do setor com datas alteradas!

- **92º ENIC:** uma iniciativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, acontecerá de 12 a 14 de agosto, no Centro de Convênios Brasil 21 em Brasília.
- **Salão do Imóvel:** com promoção da Conexctta, o evento foi transferido para o período de 4 a 6 de setembro, na Fiergs.
- **Construsul:** a nova data é no período de 3 a 6 de novembro, na Fiergs.

Mais informações no fone (51) 3021.3440 ou pelo site www.sinduscon-rs.com.br

 [sindusconrs](https://www.facebook.com/sindusconrs)  [sindusconrs](https://www.instagram.com/sindusconrs)



Diversas obras estão praticamente paralisadas no Estado

Na construção, corte na jornada e nos salários

Setor intensivo em mão de obra, a construção civil sinalizou, em 2019, que poderia engatar retomada depois de período de queda nos negócios no Rio Grande do Sul. O pânico provocado pelo coronavírus, contudo, freou o movimento. Diante da situação, empresas e representantes dos trabalhadores do setor em Porto Alegre firmaram acordo para tentar reduzir perdas e preservar empregos.

O Sinduscon-RS, que representa os empresários, e o STICC, dos funcionários, formalizaram o acordo no último dia 20. A decisão permite, por exemplo, corte de até 40% na jornada e nos salários, além da divisão de trabalhadores por turno, a fim de diminuir a quantidade de empregados ao mesmo tempo nas obras.

As medidas são importantes. Buscam mitigar as perdas das empresas e preservar os empregos – afirma o presidente do Sinduscon-RS, Aquiles dal Molin Junior.

Preocupação

Na quarta-feira, a prefeitura da Capital publicou decreto que estabelece estado de calamidade pública. A decisão proíbe, no momento, atividades da construção civil, com exceção das relacionadas a saúde, segurança e educação.

Presidente do STICC, Gelson Santana valoriza o acordo com o

Sinduscon-RS, mas lamenta os prejuízos trazidos pelo coronavírus. O dirigente sindical teme que pequenas construtoras não tenham capacidade para aguentar o choque causado pela pandemia.

As empresas pequenas estão sentindo bastante – diz Santana.

Gigante do setor, a MRV promete não fazer demissões durante 60 dias. No Rio Grande do Sul, a construtora emprega 1,2 mil funcionários, somando canteiro de obras e setor administrativo. No país, são cerca de 30 mil. Conforme o copresidente da companhia, Eduardo Fischer, eventual proposta de redução salarial não é estudada neste momento.

Queremos garantir que as pessoas tenham emprego, dar segurança para elas. Isso vai custar dinheiro para a empresa? Vai. Mas não vamos demitir, nem reduzir salários, por enquanto. Nosso negócio é de longo prazo. Temos de pensar nas pessoas. As empresas pequenas talvez não tenham capital de giro para sustentar um momento como este – declara Fischer.

A Cyrela Goldshtein também declara que, “em respeito aos seus colaboradores e ao compromisso com o país”, não demitirá funcionários nos próximos dois meses. Em nota, a companhia explica que a decisão faz parte de um movimento nacional de mais de 200 empresas para evitar cortes.

Desafio dos pequenos negócios é sobreviver

Ao mesmo tempo em que derruba o faturamento de grandes companhias, a crise provocada pelo coronavírus ameaça o futuro de pequenos e médios negócios. Com calibre financeiro inferior para absorver choques econômicos, empresas menores enxergam uma série de desafios para manter o equilíbrio durante o período da pandemia. Em razão das dificuldades que se multiplicaram nas últimas semanas, pequenos empresários devem buscar opções para tentar reduzir perdas, o que pode evitar demissões, dizem analistas.

Diretor-superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) no Rio Grande do Sul, André Vannoni de Godoy ressalta que, neste momento, é preciso cortar gastos desnecessários. Assim, o caixa das empresas pode ter fôlego adicional.

A situação é difícil. É praticamente impossível que os negócios não sintam nada e passem ilesos. Muitos podem ficar pelo caminho. Então, é preciso que as empresas olhem para o caixa, cortando despesas não essenciais – relata Godoy.

Segundo ele, aperfeiçoar canais de venda online é outra ação que pode beneficiar os micro e pequenos empreendedores. Aliás, a tecnologia também deve ser usada pelas marcas para manter contato com os

clientes durante o período de isolamento social, acrescenta.

É importante não abandonar o consumidor neste momento. Uma academia, por exemplo, tem de fechar as portas, mas deve seguir em contato com os alunos, oferecer aulas por vídeo. O serviço não será o mesmo, só que a conexão será mantida – sugere Godoy.

Repasse

Conforme o Sebrae, o Brasil tem 16 milhões de micro e pequenas empresas. Do total, 2,4 milhões ficam no Rio Grande do Sul. Representam 98% dos estabelecimentos e 55% dos empregos formais, diz a instituição.

Na terça-feira, o Sebrae relatou que destinará, no mínimo, 50% de sua arrecadação para ampliar o crédito a pequenos negócios ao longo de três meses. A estimativa é de que os financiamentos cheguem a R\$ 12 bilhões. A ação foi autorizada pelo governo federal por meio de medida provisória.

Ao mesmo tempo, a Magazine Luiza, uma das maiores varejistas do país, lançou iniciativa para tentar auxiliar pequenos comerciantes e autônomos. Trata-se de uma plataforma digital, chamada de Parceiro Magalu, na qual os varejistas de menor porte podem negociar produtos em estoque.

Dicas contra a crise

O Sebrae-RS lançou uma série de recomendações para auxiliar micro e pequenos empresários no período de dificuldades imposto pelo coronavírus. Veja, abaixo, um resumo das sugestões.

- Busque reduzir custos desnecessários
- Converse com fornecedores e replaneje estoque, compras e período de entrega. A renegociação do prazo de pagamento pode gerar fôlego financeiro neste momento
- Tente intensificar vendas a distância, com possibilidade de entrega dos produtos na casa dos clientes
- Mantenha contato com os consumidores. Endereços digitais da empresa, como site e redes sociais, além de ferramentas como o WhatsApp, podem aproximar a marca das demandas do público
- Renegocie financiamentos de longo prazo com bancos, a fim de encontrar taxas de juro mais atrativas e carência durante o período de crise
- Para os negócios que seguem operando, a adaptação do horário de funcionamento da empresa pode resultar em ganhos e melhor atendimento aos clientes
- Procure ajuda de especialistas para tirar dúvidas. O Sebrae promete dar suporte a pequenos empresários, via site (sebraers.com.br) ou telefone (0800 570 0800)

Especialistas cobram agilidade do governo

Analistas elogiam as medidas adotadas pelo Ministério da Economia para tentar amenizar os danos da pandemia de covid-19 na atividade econômica. De acordo com eles, iniciativas como a permissão para corte de jornada e salários, mediante apoio da União, podem ajudar a preservar empregos.

Mesmo assim, é praticamente unânime a leitura de que o governo federal tem de ir além. Na visão de especialistas, a pandemia cobra maior velocidade na tomada de decisões.

Fernando Ferrari Filho, professor da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), avalia que o governo precisa acelerar a concessão

de crédito em bancos públicos. Sem acesso a financiamentos com taxas mais atrativas, empresários tendem a sentir dificuldades para manter os funcionários, destaca.

Revisão

A MP (medida provisória) que permite redução de jornada e salário é interessante se as empresas, de fato, não demitirem. Mas também é preciso que haja crédito mais competitivo no país. Sem financiamento para capital de giro, é pouco provável que as empresas tenham sobrevivido por três, quatro meses. Ai, seriam obrigadas a demitir – observa Ferrari Filho.

Professor da Unisinos, o eco-

nomista Guilherme Stein também chama atenção para a necessidade de avanços na área de crédito. Ele afirma que, até o momento, quem sente mais os efeitos da crise são os empregadores e os trabalhadores do setor privado no país. Por isso, Stein considera que uma revisão temporária nos benefícios de representantes do poder público também deveria ser discutida.

A quarentena é importante, mas é necessário reconhecer que o custo econômico é alto. Então, temos de pensar logo no próximo passo. Ou seja, ver como conseguiremos reabrir a economia após a crise. Empresas costumam ter preparação financeira para um, dois meses – argumenta Stein.



Diversas obras estão praticamente paralisadas no Estado

Na construção, corte na jornada e nos salários

Setor intenso em mão de obra, a construção civil sinalizou, em 2019, que poderia engatar retomada depois de período de queda nos negócios no Rio Grande do Sul. O pânico provocado pelo coronavírus, contudo, freou o movimento. Diante da situação, empresas e representantes dos trabalhadores do setor em Porto Alegre firmaram acordo para tentar reduzir perdas e preservar empregos.

O Sinduscon-RS, que representa os empresários, e o STICC, dos funcionários, formalizaram o acordo no último dia 20. A decisão permite, por exemplo, corte de até 40% na jornada e nos salários, além da divisão de trabalhadores por turno, a fim de diminuir a quantidade de empregados ao mesmo tempo nas obras.

- As medidas são importantes. Buscam mitigar as perdas das empresas e preservar os empregos - afirma o presidente do Sinduscon-RS, Aquiles dal Molin Junior.

Preocupação

Na quarta-feira, a prefeitura da Capital publicou decreto que estabelece estado de calamidade pública. A decisão proíbe, no momento, atividades da construção civil, com exceção das relacionadas a saúde, segurança e educação.

Presidente do STICC, Gelson Santana valoriza o acordo com o

Sinduscon-RS, mas lamenta os prejuízos trazidos pelo coronavírus. O dirigente sindical teme que pequenas construtoras não tenham capacidade para aguentar o choque causado pela pandemia.

- As empresas pequenas estão sentindo bastante - diz Santana.

Gigante do setor, a MRV promete não fazer demissões durante 60 dias. No Rio Grande do Sul, a construtora emprega 1,2 mil funcionários, somando canteiro de obras e setor administrativo. No país, são cerca de 30 mil. Conforme o copresidente da companhia, Eduardo Fischer, eventual proposta de redução salarial não é estudada neste momento.

- Queremos garantir que as pessoas tenham emprego, dar segurança para elas. Isso vai custar dinheiro para a empresa? Vai. Mas não vamos demitir, nem reduzir salários, por enquanto. Nosso negócio é de longo prazo. Temos de pensar nas pessoas. As empresas pequenas talvez não tenham capital de giro para sustentar um momento como este - declara Fischer.

A Cyrela Goldsztein também declara que, "em respeito aos seus colaboradores e ao compromisso com o país", não demitirá funcionários nos próximos dois meses. Em nota, a companhia explica que a decisão faz parte de um movimento nacional de mais de 200 empresas para evitar cortes.

Decreto flexibiliza medidas e permite o retorno de algumas atividades suspensas

TAGS: PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO SUL, PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, **CONSTRUÇÃO CIVIL**, ROSEMARÍ HOFMEISTER (PRESIDENTE DA OAB/SANTA CRUZ DO SUL), INDÚSTRIA, ASTOR GRÜNER (**SINDUSCON-RS**), TELMO KIRST (PREFEITO DE SANTA CRUZ DO SUL)

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2020/04/06/RDIOGAZETAAM1180RS-11.56.59-12.11.18-1586221110.mp3>

Prefeito Nelson Markezan Jr. se reuniu cc entidades da construção civil por videoconferência

TAGS: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, COMBATE AO CORONAVÍRUS, SETORES DA ECONOMIA, MEDIDAS DE PROTEÇÃO, SINDICATO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2020/04/09/RDIOPAMPAFM975RS-16.40.10-16.41.49-1586476673.mp3>

COVID-19

Construção civil cobra regras mais flexíveis

Vice-presidente do Sinduscon acredita que limites deveriam ser proporcionais às obras

GRASIEL GRASEL
grasiel@riovalajornal.com.br

Na última segunda-feira, 13, a Câmara de Vereadores aprovou as alterações realizadas pelo prefeito Telmo Kirst no decreto municipal de calamidade pública. Dentre as diversas medidas de flexibilização de alguns setores, passou a ser permitido o funcionamento de canteiros de obras com até cinco trabalhadores. O novo regramento, no entanto, ainda não é considerado o suficiente para o vice-presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS) e coordenador do Escritório Regional da entidade, Astor Grüner.

O representante da indústria considera que existe a necessidade de adaptar o decreto para um modelo proporcional, como vem sendo feito em outros setores e em outros municípios. Grüner ainda afirma que o limite de cinco funcionários por obra não é o suficiente para a maioria das empresas do ramo, especialmente na construção de edifícios. "Se você pega um prédio



Grüner: flexibilização do comércio será usada como argumento pela construção civil

com 9 ou 10 andares, o que você faz com cinco pessoas? Nada. Tem que ter alguém na portaria para controlar o pessoal, tem o mestre de obras, alguém no almoxarifado e aí sobram só dois serventes", argumenta.

Uma consequência apontada por Grüner é relacionada com questões trabalhistas. De acordo com ele, o período de férias coletivas acertado inicialmente com os funcionários já acabou e

empresas já começaram a demitir. Contratos de experiência que estão vencendo neste período também não serão renovados na maioria dos casos.

OLHOS NA CAPITAL

Em Porto Alegre, a sede do Sinduscon-RS já distribuiu uma série de cartilhas com orientações para as empresas do setor, explicando quais

são as melhores medidas a serem tomadas para garantir a saúde de todos os trabalhadores. Nos municípios em que a construção civil está liberada, cuidados para evitar o contágio já estão sendo seguidos.

O coordenador do escritório regional ainda compara a liberação mais branda concedida em outras indústrias que, segundo ele, aglome-

ram inevitavelmente um número maior de funcionários, enquanto a construção civil permite que os trabalhadores se dividam em espaços diferentes com um distanciamento maior. "Por ser uma atividade que trabalha em ambientes abertos, bem ventilados, com espaços amplos, o número de pessoas liberadas para trabalhar deveria ser proporcional ao tamanho da obra, por metros quadrados", destaca Grüner.

Grüner também garante que o sindicato continuará acompanhando os desdobramentos do decreto estadual, que poderá flexibilizar as regras para o comércio, e cobrará medidas proporcionais do Palacinho. "O que a gente tá esperando é que, talvez com uma flexibilização para o comércio, o prefeito possa flexibilizar um pouco mais a construção civil também", afirma, adicionando que vai seguir dialogando com o Gabinete de Emergências.

ENTENDA AS MUDANÇAS

No dia 5 de abril o prefeito Telmo Kirst editou

o decreto municipal que declarou estado de calamidade pública em Santa Cruz do Sul. Dentre as alterações, passou a ser permitido um número máximo de cinco funcionários por canteiro de obras, exclusivamente para construções sem moradores.

Empregados do setor que se encontrem inseridos nos grupos de risco identificados pelos órgãos de saúde, tais como maiores de 60 anos de idade e doentes crônicos, como cardíacos, diabéticos, doentes renais, respiratórios, transplantados, portadores de doenças tratadas com medicamentos imunodepressores e quimioterápicos devem ser liberados de suas obrigações para permanecerem em isolamento.

Excepcionalmente, atividades de construção civil nas áreas da saúde, habitação popular, segurança, educação e assistência social poderão seguir sem a limitação de trabalhadores, mas respeitando as orientações de distanciamento e higienização.



COMITÊ DE CRISE

No dia 17 de março o Sinduscon-RS criou um **Comitê de Crise** para traçar ações a fim de minimizar os efeitos negativos que afetam as empresas e o setor em geral da construção civil gaúcha na atual conjuntura de pandemia.

De forma imediata, a primeira ação desse comitê foi a elaboração de uma cartilha orientativa, disseminando aos seus associados e filiados medidas que objetivam inibir a propagação do novo coronavírus (COVID-19) nos canteiros de obras e setores administrativos das empresas.

Igualmente importantes estão sendo as tratativas para o estabelecimento de convenções coletivas extraordinárias e emergenciais junto a 35 entidades profissionais da base territorial onde o Sindicato atua, como forma de apoiar a categoria em decisões diante das consequências resultantes da redução ou paralisação da atividade em diferentes municípios gaúchos.

Em localidades onde a situação é mais crítica, com a paralisação determinada por decreto, a Entidade tem envidado esforços no sentido de demonstrar a capacidade do setor em operar, numa retomada gradual, de forma planejada e cuidadosa, adotando medidas eficazes de proteção ao trabalhador e cidadão.

Acompanhe informações atuais sobre ações institucionais do Sinduscon-RS e notícias do setor através do site www.sinduscon-rs.com.br e nas redes sociais da Entidade!

CUB/RS

O Sinduscon-RS divulgou no dia 1º de abril o CUB/m² – Custo Unitário Básico por metro quadrado de construção do mês de março de 2020, com base na NBR 12.721/2006. Os materiais de construção que mais subiram em março último são: Tinta látex PVA (4,94%); Esquadria de correr tamanho 2,00x1,40m, em alumínio (4,11%); Janela de correr tamanho 1,20x1,20m em ferro (3,68%); Concreto fck=25Mpe (2,53%) e Tubo de ferro galvanizado com costura Ø2 1/2" (2,12%). Já os materiais de construção que apresentaram as maiores reduções de preços no mesmo período são: Disjuntor tripolar 70A (-0,85%); Porta lisa p/ pintura (-0,42) e Telha fibrocimento ondulada 6mm (-0,21%).

APOIO INSTITUCIONAL

Eventos do setor com datas alteradas!

- **92º ENIC:** uma iniciativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, acontecerá de 12 a 14 de agosto, no Centro de Convênios Brasil 21 em Brasília.
- **Salão do Imóvel:** com promoção da Conecta, o evento foi transferido para o período de 4 a 6 de setembro, na Fiergs.
- **Construsul:** a nova data é no período de 3 a 6 de novembro, na Fiergs.

**Mais informações no fone (51) 3021.3440
ou pelo site www.sinduscon-rs.com.br**

 [sindusconrs](https://www.facebook.com/sindusconrs)  [sindusconrs](https://www.instagram.com/sindusconrs)

Construção civil defende uma retomada gradual

Expectativa é de que os canteiros de obras voltem a funcionar em maio

/INDÚSTRIA

Roberta Mello

roberta@jornaldocomercio.com.br

Importante indutor do desenvolvimento econômico, a indústria da construção civil gaúcha garante que tem como retomar as atividades gradualmente seguindo protocolos de segurança contra a pandemia do novo coronavírus. Paralelamente, o mercado imobiliário aposta no uso de novas tecnologias para garantir um incremento na comercialização de imóveis e reaquecer um segmento que dava todos os sinais, até meados de março, de que, em 2020, teria desempenho muito positivo. Representantes dos setores participaram de um webinar promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide-RS) na sexta-feira.

A expectativa do Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado (Sinduscon-RS) é de que, a partir do dia 4 de maio, os canteiros de obras voltem a funcionar normalmente. Atualmente, a maior parte das cidades gaúchas permite a atividade. No entanto, em Por-

to Alegre, a maioria das obras se encontra parada, com exceção daquelas com fins de saúde, segurança, educação e obras públicas. Essa é uma grande preocupação do setor. A entidade representativa vem realizando reuniões com o prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr., e também com o governo do Estado para acelerar a flexibilização das exigências.

O presidente do Sinduscon-RS, Aquiles Dal Molin Junior, pontua que a construção civil tem o que chama de “posição privilegiada em termos de contágio”. Isso porque os locais de trabalho são normalmente ambientes abertos, sendo possível evitar o acúmulo de pessoas.

Há 46 anos nesse mercado, o diretor das empresas Wolens Incorporadora e Goldsztein Patrimonial, Ricardo Sessegolo, disse que nunca imaginou que poderia viver uma situação como a de agora - de uma pandemia capaz de parar o mercado global. Porém, com a experiência de quem já encarou cenários preocupantes em nível nacional, Sessegolo revela um horizonte de recuperação.

“Quando teve o Plano Collor, ficamos com R\$ 50,00 na carteira e pensamos que tinha acabado o mercado. Não acabou. Em 2008, a crise do subprime norte-americano foi importada e tivemos de adiar todos os lançamentos. Dois anos depois, em 2010, experimentamos um dos melhores anos do mercado imobiliário brasileiro”, recorda, dando uma injeção de ânimo no mercado. Para sobreviver, diz Sessegolo, é preciso tomar conta do caixa, negociar com os fornecedores e apoiar os pequenos empreiteiros que compõem o setor. “Estamos fazendo socorro direto aos pequenos desde que eles assumam o compromisso de não deixar de pagar ninguém”, complementa o dirigente.

Apesar de todos os esforços, Dal Molin Junior acredita que a recuperação só deve vir em 2021. Algo que pode ser feito agora é cuidar do fluxo de caixa, pois, mesmo com o retorno das obras, a comercialização depende de uma retomada da confiança dos consumidores, e as construtoras irão demorar para ver seus investimentos se refletirem em faturamento.

Tecnologia pode ser aliada na venda de imóveis

Além de construir, outro desafio é vender os imóveis na planta ou novos e usados. Para isso, mais do que nunca, será preciso lançar mão das novas ferramentas tecnológicas para conquistar aos clientes.

É no que a One Imóveis de Luxo está apostando. A empresa, fundada em 2014 já com intuito de ser digital, viu as visitas presenciais acabarem de um dia para o outro e até mesmo as visitas diárias no seu site caírem de uma média de 1,5 mil por dia para algo em torno de 900 a partir do dia 20 de março.

A saída, conta Cristiano Cruz, CEO da empresa, foi renegociar os valores a serem ofertados ao consumidor final com as empreiteiras e os proprietários de imóveis à venda, investir em maneiras de publicizar as novidades e começar a realizar reuniões virtuais diariamente com a equipe em home office para mantê-la motivada. O presidente do **Sinduscon-RS**, Aquiles Dal Molin Junior, complementa que o **mercado imobiliário** "é um dos primeiros a sentir as dificuldades de uma crise e o último a sair". "O setor depende, especialmente, da confiança dos consumidores e de um conjunto de situações que trazem a decisão de compra", salienta.

Site:

<https://www.jornaldocomercio.com/flip/edicao/impressa/7489/20-04-2020.html>

ALTERAÇÕES

Comércio reabre com novas regras em Santa Cruz

Lojas puderam funcionar seguindo restrições definidas pela Prefeitura

GRASIEL GRASEL

grasiel@riovalejornal.com.br

Nesse domingo, 19, o poder executivo de Santa Cruz do Sul publicou mais uma alteração no decreto municipal de calamidade pública, que além de outras providências, também define regras e restrições para o funcionamento de empresas na cidade. Com as novas mudanças, que afetam diversos setores comerciais e de prestação de serviços, lojistas poderão abrir seus estabelecimentos seguindo uma série de requisitos de segurança, visando permitir uma movimentação maior da economia local com o maior resguardo possível da saúde dos santacruzenses.

As novidades afetam setores como as indústrias, construção civil, comércio, empresas de serviços de hospedagem (hotéis, pensões, pousadas, dentre outros), restaurantes e demais serviços de alimentação e academias. As principais indicações são relacionadas a como devem atuar os trabalhadores e como deve se dar o atendimento ao cliente.

Existe também um trecho no decreto que define que estabelecimentos comerciais poderão funcionar das 8h30 às 17h, ficando o período da manhã (8h30 às 10h) reservado para o atendimento presencial exclusivo para clientes com idade superior ou igual a 60 anos e de pessoas que fazem parte de grupos de risco.

Algumas medidas passaram a valer para a maioria dos setores, como a liberação de funcionários que fazem parte do grupo de risco; obrigação de higienização periódica de superfícies de toque (cor-



Fluxo intenso de pessoas foi registrado na manhã dessa segunda-feira, 20

rimão de escadas rolantes e de acessos, maçanetas, portas, trinco de portas de acesso de pessoas, carrinhos, etc); limpeza a cada uso de máquinas de pagamento ou qualquer outro equipamento que possua painel e envolva contato físico do cliente (o mesmo vale para aparelhos de academia); exigir que os funcionários façam a higienização das mãos frequentemente, principalmente depois de atender cada cliente; e também deve ficar disponível, em pontos estratégicos do estabelecimento onde há maior fluxo de clientes,

álcool gel 70% para utilização a vontade.

Beneficiando os estudantes, também fica permitido que instituições de ensino, escolas públicas e privadas, bem como escolas de línguas, organizem entregas de material didático para seus alunos, por delivery, drive-thru ou take-away, no período das 14h às 17h, mediante agendamento e organização.

Quando identificado que alguma pessoa que trabalhe no estabelecimento (proprietários, empregados próprios ou terceirizados) apresentou sintomas

de contaminação da Covid-19, será obrigatório encaminhar um Termo de Compromisso às autoridades de saúde informando o ocorrido. Da mesma forma, o trabalhador deverá buscar orientações médicas e ser liberado por, no mínimo, 14 dias, ou conforme determinação de um profissional da saúde qualificado.

LOJISTAS QUERIAM MAIOR FLEXIBILIDADE

Segundo o presidente do Sindilojas/VRP, Mauro Spode, a possibilidade de reabertura do comércio é

motivo de comemoração, mas as medidas ainda são muito restritivas e não houve brecha para maiores negociações com a Prefeitura. "Em relação ao que era, já houve uma melhora, mas ainda está aquém do esperado", afirma o representante dos lojistas de Santa Cruz.

Para o presidente do Sindilojas, o principal problema que permanece sem solução com o novo decreto é a relação limitada demais entre consumidor e vendedor, com a proibição do uso de provedores de roupas, por exemplo.

Spode também acredita

que será necessário um esforço não apenas das empresas, mas também dos cidadãos santacruzenses, que deverão chegar nas lojas já utilizando suas máscaras para poderem entrar. "O decreto dá a entender que o comprador já deva vir à loja preparado, fazendo a sua parte usando o distanciamento na fila", justifica, afirmando que lojas no centro deverão encontrar dificuldades para fiscalizar todos os clientes que esperam na calçada e que pode caber um auxílio de fiscais da Prefeitura nisso.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS REGRAS DO COMÉRCIO?

Dentre as principais alterações que afetam o comércio estão:

- Medição da temperatura do empregado antes do início de sua jornada de trabalho, podendo ele ser dispensado caso apresente sintomas;

- Fica obrigatório o uso de máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão tanto pelos trabalhadores quanto pelos consumidores;

- As equipes de funcionários devem ser reduzidas e revezadas, com restrição do número de clientes permanecendo ao mesmo tempo no interior do estabelecimento na seguinte proporção: para estabelecimentos com 1 funcionário, atendimento simultâneo de até 1 cliente; com até 4 funcionários, até 2 clientes podem ser atendidos ao mesmo tempo; com até 8 funcionários, até 04 clientes podem ser atendidos ao mesmo tempo; com até 12 funcionários, até 06 clientes podem ser atendidos ao mesmo tempo; com até 20 funcionários, até 08 clientes; com até 30 funcionários, até 10 clientes; com até 40 funcionários, até 12 clientes; e acima de 50 funcionários, atendimento simultâneo de até 15 clientes;

- Deverá ser afixar na entrada do estabelecimento e em local de fácil vi-

sualização a capacidade máxima de atendimento ao público, conforme definido acima;

- Os estabelecimentos deverão priorizar e viabilizar trabalho remoto e atendimento agendado para evitar deslocamentos e aglomerações, por meio de compras e pedidos online e tele-entrega;

- Todos os clientes atendidos deverão obrigatoriamente ser registrados em uma tabela com o seu nome, CPF, telefone, idade e data de atendimento, informações que poderão ser solicitadas pela Vigilância Sanitária a qualquer momento;

- Só poderão entrar em shoppings, centros de compras e centros comerciais aqueles que estiverem fazendo uso de equipamentos de proteção individual (EPI's), para a finalidade específica de compra e/ou serviço. Não será permitido permanecer no local;

- Deverão ser removidos os tapetes nas entradas dos estabelecimentos e devidamente higienizado o local onde estavam com solução de água e cloro a cada duas horas;

- Locais de circulação e áreas comuns deverão manter sistemas de ar condicionado limpos (filtros e dutos) e também manter pelo menos uma janela ou portão aberto, contribuindo para a renovação do ar;

- Fica proibida a prova de roupas em geral, acessórios, bijuterias, calça-

dos, dentre outros. Também devem ficar fechados e impossibilitados de uso os provadores;

- Produtos expostos em vitrine devem ser frequentemente higienizados, mas recomendando-se a redução da exposição de produtos. Também fica proibida a disponibilização de mostruário para prova de produtos em lojas de cosméticos;

- Estabelecimentos devem exigir que os clientes, ao entrarem no local, higienizem as mãos com álcool gel 70%;

- É necessário assegurar atendimento preferencial e especial a idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes garantindo um fluxo ágil de maneira que essas pessoas permaneçam o mínimo possível no interior dos estabelecimentos;

- Deverão ser colocados cartazes informativos visíveis ao público, contendo informações e orientações sobre a necessidade de higienização das mãos, uso de máscara, distanciamento entre as pessoas, limpeza de superfícies, ventilação e limpeza de ambientes;

- Também fica instruído recomendar aos trabalhadores que não retornem às suas casas com o uniforme que utilizaram durante a prestação do serviço;

- Fica exigido prover lavatórios nos locais de refeição e sanitários com sabonete líquido e toalha de papel

CONSTRUÇÃO CIVIL SE DIZ SATISFEITA

Outro setor que vinha lutando por uma maior flexibilização das regras do decreto era o da construção civil, que vinha operando com, no máximo, cinco trabalhadores por canteiro de obras. A medida era considerada insuficiente pelo vice-presidente do Sinduscon-RS e coordenador do Escritório Regional do sindicato, Astor Grüner, que pedia por uma liberação de trabalhadores proporcional ao tamanho da obra.

A partir dessa segunda-feira, 19, com as novas alterações do decreto passando a valer, fica permitido que 10 trabalhadores exerçam suas funções simultaneamente a cada 500m² de obra.

Segundo Grüner, essa medida beneficia principalmente as grandes incorporadoras, que eram as principais afetadas com a restrição desproporcional que valia até o domingo. "Isso possibilita que a gente possa retomar com um número razoável de trabalhadores", afirma.

Grüner comemorou a ampliação da flexibilização e diz se sentir satisfeito, mas ainda acredita que o cenário não é o ideal para o setor. Ele afirma entender, no entanto, que não é possível realizar uma liberação branda, de maneira indiscriminada.

COMO FICA A CONSTRUÇÃO CIVIL?

As principais restrições e novas alterações que valem para o setor da construção neste momento são:

- Fica proibido haver moradores no interior da obra;

- É necessário comunicar à Administração Municipal a retomada da obra, quem é o responsável técnico, lista de colaboradores, horário de execução do trabalho e turnos de revezamento, se houver;

- A limitação de colaboradores por empreendimento se dará na proporção de 10 trabalhadores a cada 500m². Operadores de veículos pesados,

como caminhões, escavadeiras hidráulicas, retroescavadeiras e outros não entram neste cálculo;

- Áreas comuns e/ou operacionais do empreendimento como, por exemplo, escritórios ou almoxarifado, não poderão ser ocupadas por mais de 10 (dez) colaboradores ao mesmo tempo. Elas também deverão ser higienizadas a cada uso, atendendo todas as recomendações de saúde e segurança descritos no decreto.

Demais alterações para outros setores podem ser conferidas no decreto disponibilizado na íntegra na versão online desta publicação pelo link: bit.ly/AlteracoesDecretoSCS.

O que permanece fechado?

Continua vedado o funcionamento de Casas de Festas, Casas de Recreação Infantil, Casas Noturnas, Pubs, todos os tipos de Bares, Teatros, Museus, Centros Culturais, Clubes Sociais, Asso-

ciações Recreativas, CTGs, Bibliotecas, Cinemas, Instituições educacionais privadas, Escolas de Línguas, funcionamento de Praças de Alimentação em Shoppings

Construção civil volta a ser permitida em Porto Alegre

Decreto de Marchezan estabelece retorno com horários diferenciados para evitar aglomerações no transporte público

O prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan, anunciou ontem à tarde, na entrevista ao jornalista Daniel Scola no programa *Live GZH*, a publicação de decreto que autoriza a retomada das atividades de construção civil. O documento entrou em vigor ontem à noite, a partir de publicação no Diário Oficial do município, e prevê uma série de medidas e cuidados sanitários na operação das empresas.

O trabalho será retomado com horários diferentes do normal, de 9h às 16h. O objetivo, explicou Marchezan, é evitar aglomeração no transporte público em meio à pandemia, já que boa parte dos trabalhadores da área se desloca em coletivos.

- A gente tem na construção civil em torno de 27 mil pessoas com carteira assinada. É o terceiro setor que mais traz recursos para a prefeitura e, obviamente, também precisamos de recursos para comprar respiradores, equipamentos para proteção individual, testes, entre outros. Não podemos ficar eternamente no isolamento. Essa liberação parcial vai servir para fazer avaliações - disse Marchezan.

O presidente do Sindicato da Construção Civil do Estado (Sinduscon-RS), Aquiles Dalmolin, afirmou ontem em entrevista

à Rádio Gaúcha que o setor já está preparado para a retomada das atividades em Porto Alegre.

Segundo ele, a construção civil não ficou parada durante o período de restrição de atividades na Capital e preparou uma cartilha com recomendações a serem seguidas pelas empresas e empregados. Entre elas, estão a obrigatoriedade de higienização das mãos e medição da temperatura corporal na entrada da obra.

Dalmolin afirmou que a volta à atividade será gradual e que nem todas as empresas retomarão os trabalhos de forma imediata.

- Cada empresa terá de fazer a sua própria avaliação de condições financeiras para decidir quando poderá retomar os trabalhos. Essa parada trouxe um impacto muito grande ao setor, e seus reflexos serão vistos nos próximos meses.

Indústrias

A liberação será para a construção civil, mas, de acordo com Marchezan, a tendência é de que para os próximos 15 dias, se os números de casos continuarem na média atual, também possa haver autorização para o funcionamento de indústrias.

Durante a conversa, o prefeito apresentou dados comparan-

do a situação de Porto Alegre com outras cidades do Brasil e da Europa. Segundo ele, o fato de a Capital ter feito restrições a atividades uma semana antes da primeira morte por coronavírus possibilitou achatar a curva da doença.

Em relação à reabertura de bares e restaurantes, Marchezan disse que ainda não há como garantir prazos:

- O setor de bares e restaurante é um pouco mais delicado. Envolve muitas estruturas de contato. Uma movimentação maior de pessoas. Então, conversamos com eles, e estão entendendo que a gente precisa chegar ao fim de abril e maio para ter mais dados concretos, mais evidências.

Marchezan também falou sobre a aglomeração de pessoas em parques e na orla do Guaíba, como foi registrando no feriado de Tiradentes, na terça-feira. Segundo ele, não é possível controlar as pessoas somente com um decreto. Disse esperar bom senso:

- Entendo a necessidade das pessoas de sair, de pegar sol. Mas, infelizmente, não acredito que o decreto tenha tanta força para impedir isso. Espero que haja mais maturidade, cuidado com hábitos, mais cultura e respeito a si e aos próximos para podermos sair desse período.

Funcionários da nova ponte do Guaíba serão demitidos

JOCIMAR FARINA

jochim.farina@rg.gaucho.com.br

Aproximadamente cem funcionários da construtora Queiroz Galvão foram avisados na manhã de ontem de que serão demitidos em 30 dias. O aviso prévio foi comunicado no dia em que eles voltavam das férias. Junto aos poucos trabalhadores das empresas que prestam serviço para a obra da nova ponte do Guaíba, eles seguirão no canteiro neste período.

Já um grupo de aproximadamente 80 pessoas que estava na obra foi informado de que está em férias a partir desta semana. O motivo, segundo os trabalhadores, é que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) está com pagamentos em atraso.

A construtora ainda não se manifestou sobre o assunto. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada, Isabelino Garcia dos Santos informa que essa possibilidade já era esperada quando o grupo retornasse das férias.

O Ministério da Infraestrutura informa que os pagamentos estão em dia e que a liberação

do tráfego na ponte vai ocorrer ainda em 2020 e que a decisão de demitir ou não é da empresa e pode estar relacionada com o próprio processo de desmobilização da companhia.

O Dnit vai notificar a construtora para esclarecer sobre a manutenção do cronograma e a garantia de que essa desmobilização não vai afetá-lo. Na notificação, a autarquia vai questionar se efetivamente houve desmobilização e qual o motivo.

Há questionamentos em relação ao argumento de que os desligamentos sejam naturais. Por trás das demissões, estaria a não aprovação de frentes de trabalho por parte do Dnit e pendências contratuais entre as partes.

As assinaturas do aviso-prévio e das férias para os trabalhadores ocorrem quatro dias depois de o Dnit ter divulgado que a nova ponte seria liberada ao tráfego ainda em 2020. Quase 90% dos serviços previstos para a travessia já foram realizados. O Dnit mudou a previsão de término das obras. Antes, falava que os serviços seriam finalizados até dezembro deste ano. Agora, informa que a obra ficará pronta em 2021.

GAUCHAZH

Leia mais sobre
Porto Alegre em
gzh.rs/poagrh



Mesmo com 90% dos serviços já concluídos, estrutura só ficará pronta em 2021

RETOMADA

Prefeito sinaliza a liberação do trabalho na construção

O presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do RS (Sinduscon-RS), Aquiles Dal Molin, e o seu Vice Cláudio Teitelbaum reuniram-se ontem com o prefeito Nelson Marchezan Júnior para apresentar as medidas que constarão no Plano de Prevenção e Proteção de Trabalhadores do setor, que trata da readequação das regras e do funcionamento dos canteiros de obras. Marchezan sinalizou a reabertura da atividade da construção civil em Porto Alegre nos próximos dias, levando em conta todos os protocolos de higiene e saúde.

Segundo o prefeito, o achatamento da curva de contaminações por coronavírus em Porto Alegre é resultado de decisões acertadas para proteção da saúde da população, mas que causaram problemas econômicos. Conforme ele, os números indicam a possibilidade de se dar os primeiros passos rumo à reativação gradual da economia, mas ainda dentro do cenário de isolamento e restrições exigidos pela pandemia.

Marchezan reuniu-se também, por videoconferência, com um grupo de proprietários de bares e restaurantes de Porto Alegre para debater a situação sanitária e a necessidade de manutenção das medidas de isolamen-



Canteiros de obras serão reativados

to que paralisa atividades de diversos setores econômicos. De acordo com o prefeito, as medidas na Capital vão sendo validadas por importantes exemplos internacionais, já que as próprias evidências científicas sobre a doença ainda são escassas e frágeis. Até o momento, o prazo estabelecido pelo decreto 20.534 está mantido: as medidas de isolamento vão até o dia 30 de abril. "As decisões certas foram tomadas no momento certo em Porto Alegre. O número de UTIs ocupadas é, hoje, nossa principal referência. Temos que agir com paciência para não errarmos. O assunto é sério", explicou.



Autorização para a liberação do retorno ao trabalho foi anunciada pelo prefeito Nelson Marchezan

Construtoras esperam retomada em Porto Alegre

Empresas empregam cerca de 27 mil trabalhadores na Capital

coronavírus 

/ CONSTRUÇÃO CIVIL

Marcelo Beledeli
marcelo@jornaldocomercio.com.br

O setor da construção civil aguarda pela publicação, até esta quinta-feira, do decreto da prefeitura municipal de Porto Alegre que autoriza a retomada das atividades das empresas do segmento. A autorização para as construtoras voltarem ao trabalho foi anunciada pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior nesta quarta-feira, durante entrevista à rádio Gaúcha. Os canteiros de obras estavam parados como parte das medidas para conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19).

Na terça-feira, Marchezan realizou uma videoconferência com representantes do setor de construção civil para debater propostas do segmento para retomada da atividade econômica. O presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS), Aquiles Dal Molin, apresentou ao prefeito o Plano de Prevenção e Proteção de Trabalhadores do setor, que prevê uma completa readequa-

ção das regras e do funcionamento dos canteiros de obras para viabilizar a retomada de atividades.

"Voltaremos ao trabalho, tomando todos os cuidados para que os riscos de contágio sejam mínimos. Mas nosso setor pode ser considerado mais seguro, uma vez que os trabalhos são feitos em canteiros abertos, arejados, com distanciamento de trabalhadores e sem necessidade de atendimento pessoal", afirmou Dal Molin. Entre as medidas que serão adotadas devem estar a divisão das equipes por turnos e evitar aglomerações nos canteiros de obras, uso de proteções individuais, fornecimento de pias e lavatórios para higienização, e outras ações para evitar o contágio.

Segundo o presidente do Sinduscon-RS, as empresas de construção civil empregam cerca de 27 mil trabalhadores em Porto Alegre. Durante a paralisação das atividades, ocorreram poucas demissões em Porto Alegre, de acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil (STICC), Gelson Santana. Uma exceção foram os funcionários da empresa Queiroz Galvão que trabalhavam nas obras da nova

ponte do Guaíba, que tiveram aviso-prévio nesta quarta-feira. No entanto, Santana destaca que, nesse caso, a empresa não estaria recebendo os recursos devidos pelo governo federal.

"Já no setor privado foi evitado realizar demissões, pois havia essa expectativa de retomada em breve das atividades, e dispensar o funcionário para depois recontratar gera muitos problemas", afirma o presidente do STICC. Segundo Santana, o que boa parte das empresas realizou foi utilizar a suspensão de contratos, prevista pela Medida Provisória (MP) nº 936/2020.

Uma vez reiniciadas as atividades, a preocupação das construtoras deve voltar-se para a retomada de negócios. Para o presidente do Sinduscon-RS, alguns projetos deverão ser adiados, tendo em vista a crise econômica que surge como efeito das medidas de contenção ao coronavírus.

"Antes da pandemia, as empresas estavam com perspectivas otimistas, esperando um aquecimento do setor. Mas acreditamos que haverá uma recuperação em 2021 ou até mesmo no final de 2020", destaca Dal Molin.

Retomada das atividades na capital



TAGS: **CONSTRUÇÃO CIVIL**; PREFEITURA DE PORTO ALEGRE; ÁQUILES DAL MOLIN, PRES. SINDUSCON

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2020/04/23/TVBANDEIRANTESRS-18.51.50-18.54.37-1587681997.mp4>

Entrevista com Irio Piva



TAGS: CDL POA; IRIO PIVA; CONSTRUÇÃO CIVIL

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2020/04/23/TVBANDEIRANTESRS-13.33.42-13.44.01-1587678909.mp4>

Empresas de obras projetam a reabertura cautelosa em Porto Alegre

TAGS: **CONSTRUÇÃO CIVIL**, PANDEMIA DE CORONAVÍRUS, PRESIDENTE DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS NA **CONSTRUÇÃO CIVIL** NO RIO GRANDE DO SUL, **SINDUSCON-RS**, AQUÍLES DAL MOLIN, POUCAS DEMISSÕES, LEITOS DE UTI

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2020/04/23/RDIOBANDEIRA
NTESAM640RS-18.27.45-18.30.17-1587688591.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2020/04/23/RDIOBANDEIRA NTESAM640RS-18.27.45-18.30.17-1587688591.mp3)**

Decreto da Prefeitura de Porto Alegre em relação a flexibilização das regras de distanciamento

TAGS: ATIVIDADES DA CONSTRUÇÃO CIVIL,
COMBATE AO CORONAVÍRUS, MEDIDAS
PROTETIVAS, ISOLAMENTO SOCIAL

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2020/04/23/RDIOPAMPAM975RS-19.45.57-19.47.36-1587690254.mp3>

Canteiros de obras em adaptação

marcelo.kervalt@zerohora.com.br MARCELO KERVALT

Autorizada por decreto municipal publicado na última quarta-feira, a **construção civil** começou a retomada gradual das atividades em Porto Alegre. Antes de povoar a maioria dos canteiros de obras, as **construtoras** estão tendo de adaptar o ambiente, conforme determina o documento assinado pelo prefeito Nelson Marchezan.

Precisam, por exemplo, fornecer máscaras e álcool em gel e instalar lavatórios para os cerca de 27 mil trabalhadores formais que atuam em todo tipo de construção na Capital. O retorno dos operários vai começar efetivamente a partir de segunda-feira.

- Os canteiros estavam há mais de 30 dias interditados, então, agora estão sendo reabastecidos com insumos e preparados para receber o pessoal - explica o presidente do **Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS)**, **Aquiles Dal Molin Júnior**.

Enquanto não podiam colocar a mão na massa, os trabalhadores do setor foram submetidos a férias coletivas ou suspensão dos contratos de trabalho, medidas que ajudaram a evitar demissões. Tanto o sindicato patronal quanto o laboral afirmam que não houve rescisões por conta da pandemia de coronavírus.

- As empresas optaram por suspender os contratos porque sabiam que, cedo ou tarde, retomariam as atividades e precisariam da mão de obra. Os imóveis já estão vendidos, só esperando serem concluídos e entregues - observa Gelson Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da **Construção Civil** de Porto Alegre (STICC).

Reativação

As duas entidades ainda não calcularam o prejuízo que a covid-19 trouxe para o setor, nem têm estimativa de obras em andamento em Porto Alegre, mas a reportagem apurou com três das principais construtoras que atuam na Capital que há, ao menos, 25 canteiros sendo reativados com 4.250 trabalhadores.

Os espaços são amplas áreas a céu aberto, que comportam medidas para evitar aglomeração. Mas a sugestão de Gelson Santana, presidente do STICC, é de que o recomeço seja progressivo, por turnos, para minimizar todos os riscos de contágio.

- Colocar para trabalhar o menor número de pessoas possível. Se tem 300 trabalhadores, põe 150 de manhã e 150 à tarde. Não pode abrir o canteiro e colocar todo mundo para almoçar no mesmo horário. Não podemos estar preocupados com a economia e esquecer da saúde - ressalta Santana.

Nos sete canteiros da Cyrela Goldsztein em Porto Alegre, os trabalhadores terão escalas de entrada, de almoço e de saída para que não haja aglomeração nos espaços de uso comum, de acordo com o diretor de Engenharia da Regional Sul, Gustavo Navarro. Porém, apenas a partir de segunda-feira.

- Esses primeiros dias estão sendo utilizados para instalação de dispensers de álcool em gel, colocação de cartazes e compra de termômetros. A Cyrela, em conjunto com outras grandes empresas, é idealizadora de um manifesto chamado Não Demita. O cerne dele é manter os funcionários empregados para evitar colapso ali adiante - comenta o diretor.

Acerto

Rubem Piccoli, diretor técnico e de Recursos Humanos da Melnick Even, que opera 12 canteiros com 3 mil operários, avalia que o decreto foi publicado no momento certo, pois a maioria das empreiteiras terceirizadas que atuam nos canteiros não teria reserva financeira para seguir estagnadas.

Diretor Executivo de Engenharia da MRV Construtora, Túlio Pereira Barbosa explicou que alguns operários já retornaram ao trabalho ontem e, o restante, deve iniciar somente no início da próxima semana.

- Estamos com jornada reduzida, começando gradualmente, pois nem todos os canteiros puderam ser adaptados ainda - explica Barbosa.

O que diz o decreto

Autoriza atividades de **construção civil** em Porto Alegre entre 9h e 16h desde que a empresa cumpra algumas medidas como:

Monitorar temperatura corporal e sintomas gripais dos trabalhadores, diariamente, antes do início da jornada

Fornecer aos trabalhadores máscaras de proteção facial para deslocamento no transporte coletivo

Disponibilizar aos trabalhadores na entrada do canteiro de obra e nas mesas álcool em gel 70%

Manter todas as áreas ventiladas, inclusive locais de alimentação e descanso dos trabalhadores

Controlar a circulação de pessoas na entrada da obra e em frentes de serviços, respeitando a distância mínima de 1,5 metro

Adotar escalas para reduzir circulação de pessoas nos vestiários e refeitórios e, assim, garantir nesses ambientes espaçamento mínimo de 2 metros. Higienização deve ser realizada, no mínimo, a cada troca de grupo

Restringir entrada e circulação de pessoas que não trabalham no canteiro, especialmente fornecedores de materiais

Fonte: prefeitura de Porto alegre

"As empresas optaram por suspender os contratos porque sabiam que, cedo ou tarde, retomariam as atividades e precisariam da mão de obra." GELSON SANTANA, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias da **Construção Civil** de Porto Alegre

"Esses primeiros dias estão sendo utilizados para instalação de dispensers de álcool gel, colocação de cartazes e compra de termômetros." GUSTAVO NAVARRO, Diretor de Engenharia da Cyrela Goldsztein

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=491>

37

Prefeito da capital, Nelson Marchezan Júnior



Fala sobre a economia do RS Tags: Nelson Marchezan Júnior; UTIS; **CONSTRUÇÃO CIVIL**; SETOR INDUSTRIAL; COMÉRCIO; ESCOLAS; AEROPORTO; CORONAVÍRUS;

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2020/04/24/SBTRS-12.03.31-12.17.08-1587763033.mp4>

REUNIÃO COM MARCHEZAN

Entidades comerciais pedem a retomada

Lideranças das entidades comerciais de Porto Alegre voltaram a conversar sobre a retomada das atividades na Capital com o prefeito Nelson Marchezan Júnior. A reunião, promovida por Sindilojas Porto Alegre, CDL Porto Alegre e Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA), teve como objetivo questionar a administração pública sobre os planos para a reabertura do comércio, possibilitando as vendas para o Dia das Mães.

Porém, o prefeito informa que ainda não há evidências que suportem um plano para a liberação das atividades no setor para

os próximos dias. Ao apresentar dados do sistema de saúde, Marchezan defendeu o sucesso das medidas restritivas para o achatamento da curva de contágio por Covid-19 em Porto Alegre. "Entendemos que isso aconteceu em virtude das medidas tomadas, que parecem ter acontecido no prazo correto para esse resultado. Seguimos uma lógica para a flexibilização que vai além de liberar, favorecer um setor ou adotar um protocolo de funcionamento. Todas as decisões que tomamos, certas ou erradas, têm efeito em 15 dias", disse.

O presidente do Sindilojas

Porto Alegre, Paulo Kruse, destacou que os lojistas querem contribuir para um planejamento de retomada com segurança, saúde, além de preservar o emprego e a renda. Na mesma linha estavam Irio Piva, presidente da CDL Porto Alegre, e a vice-presidente da ACPA, Suzana Vellinho. O prefeito também se reuniu, por videoconferência, com representantes da indústria, que contou com a participação do presidente da Fiergs, Gilberto Petry, além de diversos segmentos como Sinduscon/RS, Sinmetal, Abimaq, gráficas e produtos farmacêuticos, entre outros.

Ônibus não vão parar para quem estiver sem máscara em Porto Alegre

TAGS: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, PREFEITO NELSON MARCHEZAN JÚNIOR, TRANSPORTE PÚBLICO, PANDEMIA DE CORONAVÍRUS, CONSTRUÇÃO CIVIL

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2020/04/27/RDIOPAMPAM975RS-16.41.59-16.45.13-1588030800.mp3>

Volta da Construção Civil



Tags: Sinduscon/RS, Aquiles Dal Molin Júnior

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2020/04/27/RBSTVAFGLOB>
ORS-13.11.41-13.14.19-1588009168.mp4

Indústria Começa a Retomar a Atividades em POA



Tags: Indústria Começa a Retomar a Atividades em POA, Enry Chmelnitsky, Presidente Sind. Hospedagem e Alimentação de POA, **Fiergs**

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2020/04/28/TVRECORDRS-13.32.03-13.48.36-1588110496.mp4>

O Retorno Dos Serviços em POA



Tags: O Retorno Dos Serviços em POA, Enry Chmelnitsky, Presidente Sind. Hospedagem e Alimentos POA, Fiergs

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2020/04/28/TVRECORDRS-13.32.03-13.48.36-1588108638.mp4>

LIVES**Sinduscon-RS
transmite ao vivo**

O projeto Sinduscon-RS Lives será lançado hoje, às 19h, trazendo como convidado especial o secretário municipal do Meio ambiente e Sustentabilidade, Germano Bremm, para debater sobre “Medidas de desburocratização da Prefeitura de Porto Alegre”. Participam o presidente do Sinduscon-RS, Aquiles dal Molin Junior, os vice-presidentes da entidade, Rogério Raabe, Claudio Teitelbaum e Rafael Garcia, e ainda o arquiteto Antônio Zago, consultor e diretor do Sinduscon-RS. Fazendo uso da tecnologia da transmissão ao vivo, a entidade promoverá atividades semanais, disponíveis no endereço <https://rebrand.ly/SindusconrsLives>.

Entrevista do presidente do Sinduscon-RS

TAG: **CONSTRUÇÃO CIVIL, SINDUSCON, RIO GRANDE DO SUL, CORRETORES DE IMÓVEIS, PRESIDENTE DA SINDUSCON-RS, ECONOMIA, MERCADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, IMÓVEIS, AGÊNCIAS IMOBILIÁRIAS, CADEIA PRODUTIVA**

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2020/04/29/RDIOGUABAFM1013RS-07.07.27-07.21.59-1588170248.mp3>